

Coordenador:
Phillippe Melo Alcântara Falcão

**IV Encontro de pesquisas judiciárias
da Escola Superior da Magistratura do
Estado de Alagoas – ENPEJUD:
Os limites da atuação do Poder
Judiciário: Judicialização da política
(e da vida) versus ativismo judicial**

Maceió-AL
ESMAL
2019



Rua Cônego Machado 1061, Farol, Maceió -Alagoas – Brasil
CEP 57021-160

Tel. (082) 2126 – 5363/5399
Home Page: www.esmal.tjal.jus.br

Catálogo na fonte
Mirian Ferreira Alves – CRB-4: 2.131

Normalização:
Beatryz Rocha Brasileiro – Estagiária
Maria Wytinaia de Souza– Estagiária
Daiana da Conceição A. de Magalhães– Estagiária

Editoração e diagramação:
Mirian Ferreira Alves

Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD (4. : 2019 : Maceió, AL).

II Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD: Os limites da atuação do Poder Judiciário: Judicialização da política (e da vida) versus ativismo judicial: anais [recurso eletrônico]. Phillippe Melo Alcântara Falcão (Coord.). Maceió, AL: Escola Superior da Magistratura de Alagoas, ESMAL, 2019.

ISBN: 978-85-93134-03-6

Tema: Os limites da atuação do Poder Judiciário: Judicialização da política (e da vida) versus ativismo judicial

1. Direito – Pesquisa. 2. Direito – Encontros. I. Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD (4. : 2019: Maceió, AL)

CDD: 340.08



DIRETOR-GERAL

Des. Fábio José Bittencourt Araújo

COORDENADOR GERAL DE CURSOS

Juiz Alberto Jorge Correia de Barros Lima

COORDENADORA DE CURSOS PARA SERVIDORES

Juíza Luciana Josué Raposo Lima Dias

COORDENADORA DE CURSOS PARA MAGISTRADOS

Juíz Hélio Pinheiro Pinto

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS

Juiz Anderson Santos dos Passos

COORDENADOR DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA

Juiz Phillippe Melo Alcântara Falcão

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Karoline Mafra Sarmiento Beserra

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rafael Ribeiro de Albuquerque

COORDENADOR DO IV ENPEJUD

Phillippe Melo Alcântara Falcão

AVALIADORES DO IV ENPEJUD

Éric Baracho Dore Fernandes

Joyce Araújo Floretino

Filipe Ferreira Mungumba

Ewerton Luiz Chaves Carminati

Basile G. Campos Christopoulos

Iris Basilio da Silva

André Luiz Parizio Maia Paiva

Ewerton Gabriel Protazio de Oliveira

Anderson Santos dos Passos

Carolina Sampaio Valões Rocha

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Phillippe Melo Alcântara Falcão08-10

GRUPO 1: HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

A FEDERALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO IDC NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Elenita Araújo e Silva Neta11-24

O ATIVISMO JUDICIAL COMO INSTRUMENTO PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: AS IMPLICAÇÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PARA SOCIEDADE BRASILEIRA

Benedito Alves da Silva Neto.....25-43

A DEFENSORIA PÚBLICA MUNICIPAL E SEU PAPEL NA EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

Sarah Gllênda de Araújo Costa

Sérvulo Romero Bernardo Rolim Tavares44-56

MUTAÇÃO POR INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL JUDICIAL: RISCOS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E AS MUTAÇÕES INCONSTITUCIONAIS

Carla Santos Cardoso57-70

A INCLUSÃO DO ARTIGO 19 - B NA LEI 8.069/90 ATRAVÉS DA LEI 13.509/2017 INSTITUINDO O APADRINHAMENTO AFETIVO, APADRINHAMENTO POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E APADRINHAMENTO FINANCEIRO E OS VÍNCULOS EXTERNOS À INSTITUIÇÃO PARA FINS DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA NA VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAIS EM ALAGOAS

Maria Manuella Gomes Silva71-86

**ANÁLISE ECONÔMICA AUSTRIACA DOS DIREITOS SOCIAIS: COMO O
LIBERALISMO PODE EVITAR O ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL**

Matheus Celerino de Oliveira

Matheus Moroni Verdino Pedra dos Santos

Francisco Sérgio Sarmento Ramos87-100

**AS POSSÍVEIS RESPOSTAS DA TEORIA DO FATO JURÍDICO AOS
LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS CONCEDIDOS EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL QUE NÃO POSSUEM PLANO DE
MANEJO**

Alanna Maria Lima da Silva101-118

**A RECEPÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS REFUGIADOS NO BRASIL FRENTE
AO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE**

Geraldo Brito Chaves Leôncio

Mariana Lima Farias119-131

**O DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO: CLASSES HOSPITALARES EM
ALAGOAS**

Renata Souza de Lima

Edna Cristina do Prado132-142

**O ATIVISMO JUDICIAL E O PROTAGONISMO DO JUDICIÁRIO NO PROCESSO
DE EROÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO NO BRASIL**

Marcus Robson Nascimento Costa Filho143-158

**A POTENCIALIDADE DEMOCRÁTICA DO ATIVISMO DIGITAL: O PODER DAS
MÍDIAS SOCIAIS FRENTE À CIBERDEMOCRACIA ALAGOANA**

Carolina Fontes Lima Tenório159-172

**JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: AS DEFICIÊNCIAS DO SUS COMO
FATORES DE ACIONAMENTO JUDICIAL**

Mariana Ferreira Oliveira

José Cledson Paciência Teles173-187

**A TEORIA DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL PELAS CORTES
CONSTITUCIONAIS DA COLÔMBIA E DO BRASIL: MICRO COMPARAÇÃO DO
CONTROLE DE OMISSÕES DO PODER ESTATAL NA PERSPECTIVA DOS
DIREITOS HUMANOS**

Cícera Daniele da Silva Ferreira.....188-202

O ATIVISMO JUDICIAL E A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL EM FACE DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DE ENCARCERAMENTO EM MASSA

Isabela Gonçalves Vieira

Arnaldo Carneiro de Queiroz

Luciano Queiroz203-216

GRUPO 2: DIREITO FINANCEIRO, DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

A PROBLEMÁTICA DA CONCORRÊNCIA ENTRE O JUÍZO FISCAL E O JUÍZO UNIVERSAL (CÍVEL): OS EFEITOS DA EXECUÇÃO TRIBUTÁRIA NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA DEVEDORA

Elenita Araújo e Silva Neta217-232

MULTIPROPRIEDADE NO DIREITO BRASILEIRO E AS REPERCUSSÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NO IPTU

Paulo Rosenblatt

Luiz Henrique Godoi Laranjeira

Julian Dennis Veras Dantas Pires233-249

A APLICAÇÃO DO NOVO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO TRIBUTÁRIO

Tatiane Cabreira Carvalho250-264

AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA E PREVISÃO CONSTITUCIONAL INSCULPIDA NO ARTIGO 26 DO ADCT: POSSIBILIDADE DE DETERMINAÇÃO DE AUDITORIA MEDIANTE DECISÃO JUDICIAL

Paula Iasmim Santos Pontes.....265-280

GRUPO 3: DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A (IN)EFETIVIDADE DAS ASTREINTES DIRECIONADAS ÀS PESSOAS JURÍDICAS PÚBLICAS

Vitor Henrique Melo Albuquerque.....281-294

MULHER-CUIDADORA: REFLEXÕES SOBRE O INSTITUTO DA CURATELA A PARTIR DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Rossana Maria Marinho Albuquerque

Camilla Cavalcante de Menezes Amorim Melo

Marcos Henrique Souza da Silva295-308

DOS LIMITES DA INTERVENÇÃO ESTATAL NO RECONHECIMENTO DAS ENTIDADES FAMILIARES

Beatriz Machado Gameleira308-322

A FORMAÇÃO DO COMMON LAW E CIVIL LAW: REFLEXÕES SOBRE OS PRECEDENTES VINCULANTES E O SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Nigel Stewart Neves Patriota Malta

Mayssa Pinheiro De Carvalho

Ivana Attanasio Andrade323-334

A APLICABILIDADE SUPLEMENTAR E SUBSIDIÁRIA DA FUNDAMENTAÇÃO EXAURIENTE DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL NAS AÇÕES TRABALHISTAS

José Querino de Macêdo Neto335-348

DIREITO AO ESQUECIMENTO E O DIREITO À INFORMAÇÃO: ANÁLISE ACERCA DA RESPONSABILIDADE DOS MECANISMOS DE PESQUISA

Alicia Thainá Silva de Holanda

Aline Martins Cruz

Kamilla Cristina de Albuquerque Moura349-364

O FATO GERADOR DA VIDA DEFICIENTE COMO UM DANO: A (IM) POSSIBILIDADE DO FILHO AJUIZAR AÇÃO DE DANOS MORAIS CONTRA A GENITORA PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Antônio Mário de Arruda Pereira Filho

Jhonyson Henrique Dias Nobre365-379

GRUPO 4: DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E EXECUÇÃO PENAL

TRANSAÇÃO PENAL NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO NO 6º JECC DE MACEIÓ/AL

Paulo Gustavo Lima e Silva Rodrigues

Camilla Cavalcante de Menezes Amorim Melo

Marcos Henrique Souza da Silva380-392

A MEDIDA DE SEMI-INTERNAÇÃO PARA DEPENDENTES QUÍMICOS COMO UMA ALTERNATIVA À INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA

Eliaquim Ferreira dos Santos

Paulo Ricardo Silva Lima393-407

O “PRINCÍPIO” DO IN DUBIO PRO SOCIETATE E SUA DISCUTÍVEL CONSTITUCIONALIDADE: É LEGÍTIMA SUA APLICAÇÃO NUM DIREITO PENAL GARANTISTA?

Sidiney de Melo Duarte Júnior408-425

TRANSGÊNEROS E SUA REALIDADE NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Mateus Cavalcante de Lima

Rívia Monique de Vaconcelos Freire426-436

A LEI MARIA DA PENHA E O ACESSO À JUSTIÇA: ESTUDO DE CASO OBSERVACIONAL NO JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE ARAPIRACA (AL)

Nigel Stewart Neves Patriota Malta

Luana da Conceição de Oliveira

Midian de Freitas Pereira437-447

A LEI MARIA DA PENHA E OS CRITÉRIOS DE EFETIVIDADE SEGUNDO AS DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

Amanda Maria Gulfi Fernandes

Débora Maria Calheiros Barroca

Maria Eduarda Rabelo Trigueiros448-462

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O CÁRCERE: ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO DE UMA EXECUÇÃO PENAL CIDADÃ

Martin Ramalho de Freitas Leão Rego

Elaine Pimentel463-479

**DE TERNO OU DE TOGA? UMA BREVE ANÁLISE ACERCA DA
CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Caroline Buarque Leite de Oliveira480-491

**TRÁFICO DE CRIANÇAS E DIREITOS BÁSICOS INDIVIDUAIS: COMO A
ASCENSÃO DE DIREITOS INFANTIS ACRESCEREM DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Hanna Haviva Vasconcelos Barbosa492-500